

## Projeto 65

Habitação social nas cidades do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia.  
Residência em assessoria técnica em habitação e direito à cidade.

Cód/Nome	65- Habitação social nas cidades do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia. Residência em assessoria técnica em habitação e direito à cidade.
Orientador	Joel Pereira Felipe
Campus	CJA
Area	Atividades acadêmicas (ensino/pesquisa/extensão) - ÊNFASE NA EXTENSÃO.
Vagas	2
Email	joel.felipe@ufsb.edu.br

### Resumo do Projeto.

O projeto pretende realizar estudos, capacitação e assistência técnica a movimentos ou organizações que lutam pelo direito à moradia urbana e rural, para a interlocução com prefeituras da região do Território de Identidade Litoral Sul (TILS). O apoio a esses grupos organizados deve auxiliá-los tecnicamente nas negociações com a Caixa Econômica Federal, a Superintendência de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do governo do estado da Bahia e as prefeituras. Deve atuar também com associações de moradores de conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, com vistas a desenvolver e aplicar metodologia de projeto participativo para a requalificação dos espaços dos conjuntos e a sua inserção nas cidades. Essa atividade de assistência técnica por parte da universidade está em consonância com a Lei Federal nº 11.888/2008 e se dará na forma de capacitação, elaboração de estudos de viabilidade, projetos, orientação em canteiros de obras, atividades de avaliação pós-ocupacional e intervenções em conjuntos habitacionais já construídos. O projeto de extensão nessa primeira edição pretende dar início à estruturação de uma ação mais abrangente recrutando novos interessados na co-munidade acadêmica e parceiros em outras instituições acadêmicas e profissionais para que se desenvolva de acordo com a demanda na região.

## Atividades dos bolsistas

1. Auxiliar no levantamento das entidades e movimentos de moradia; 2. Auxiliar no levantamento das ocupações de terra, assentamentos e mobilizações na região com contatos de lideranças; 3. Auxiliar na organização de reuniões; 4. Acompanhar as articulações em torno da criação do curso de extensão em assistência técnica.

## Atividades semanais

1) Reuniões com o orientador - 2h/semana; 2) Atividades de levantamentos conforme item 10 - 6 horas/semana.

### 1. Introdução/Apresentação:

A conjuntura política atual do país (2020) revela um descaso com os temas tratados nesse projeto que deve concentrar a atuação com a população de mais baixa renda. Um exemplo é a extinção do Ministério das Cidades que foi criado em 2003 e cujas ações, políticas e programas foram incorporadas pelo Ministério de Desenvolvimento Regional em 2019. O governo federal ainda extinguiu o Conselho das Cidades que era um fórum importante para o processo de gestão democrática da política habitacional e urbana e reduziu recursos orçamentários para a faixa 1 do programa MCMV, que atende a renda familiar mensal de até R\$1800. Isso coloca a responsabilidade da universidade em atuar pesquisando, compilando dados, compartilhando, formando e capacitando gestores técnicos municipais em relação à política habitacional na região.

### 2. Justificativa:

No Brasil, via de regra, a construção de conjuntos habitacionais resultam em extensos agrupamentos de moradias justapostas ou empilhadas nas periferias das cidades, com má qualidade urbana e arquitetônica (monotonia causada pela repetição das tipologias, má qualidade construtiva das habitações e da infraestrutura, descaso com o tratamento de áreas verdes e espaços públicos livres, ausência de equipamentos de educação, saúde e lazer). Nos últimos anos com o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) do governo federal, essa característica sempre criticada foi acentuada, com a implantação em glebas isoladas e caracterizadas como periferia da periferia. Isso é o resultado de equívocos na política habitacional que inclui o custo da terra no valor do imóvel e o empresário da construção lucra muito mais porque constrói uma quantidade imensa de casas ou apartamentos em terras desvalorizadas e vende o imóvel para o Estado para que ele financie com subsídios para a população mais pobre e esse terreno está cada vez mais distante da área urbanizada. Enquanto essa operação de especulação imobiliária ocorre, muitas vezes, por interesses políticos locais, grandes vazios urbanos ficam abandonados a espera de valorização. Há um contingente muito expressivo de famílias morando em conjuntos do MCMV nos municípios do TILS e ainda muitas outras morando em habitação subnormal (palafitas, casas improvisadas, no interior de lixões e nas ruas). São variados os programas e projetos de provisão pública de habitação social na região com o uso dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) e do FDS (Fundo de Desenvolvimento Social). Além da provisão de moradias em áreas urbanas e suburbanas o MCMV possui linha de atendimento também do PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural) que representa a potencialidade e a necessidade da atuação da universidade, uma vez que está voltado para o que o programa caracteriza como “agricultura familiar”, englobando silvicultores,

aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais. A presença de povos indígenas na região (Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá) é relevante para esse projeto, e "(...) se distribuem em três povos e 30 terras/aldeias, concentradas especialmente em Ilhéus e Pau-Brasil. A área ocupada ultrapassa os 110 mil ha, e a população soma mais de 7 mil indígenas". (BAHIA, 2012: 175), Os Pataxó Hã-Hã-Hãe estão concentrados na Reserva Indígena Camamu-Paraguassu em Itaju de Colônia, Camacã e Pau Brasil. A linha de atuação do projeto passará por reconhecer as técnicas construtivas utilizadas pelos povos tradicionais, por exemplo o uso comum nas áreas rurais do adobe, pau-a-pique e da taipa-de-sopapo e oferecer uma possibilidade de requalificá-la respeitando o conhecimento acumulado pelas comunidades. Uma outra frente de intervenção desafiadora é a integração de conjuntos habitacionais ao espaço urbano onde estão inseridos, ou do qual estão apartados. Esta ação passa pela elaboração de propostas de ações socioeducativas e de revisão das metodologias de planejamento urbano empregadas nos processos formais das prefeituras e Caixa Econômica Federal ou órgãos regionais de habitação, como forma de se evitar a degradação precoce de novos empreendimentos habitacionais. A literatura demonstra que com poucos investimentos, como atividades de extensão universitária e projetos participativos, podem ser realizados para iniciar um processo de requalificação dos projetos habitacionais (Freitas, 2004). Para a viabilização desse tipo de intervenção da universidade na sociedade um campo se abriu com a Lei Federal nº 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita para Habitação de Interesse Social. Essa lei prevê a oferta de assistência técnica gratuita às famílias com renda de até 3 salários mínimos mensais, o que demanda a capacitação de profissionais recém-formados e gestores públicos para atuarem nas áreas de habitação e urbanização. Quando aplicada ao ambiente universitário tem a finalidade de envolver, sensibilizar e capacitar os estudantes de graduação para exercer essa atividade profissional após o encerramento do curso superior. Essa é uma opção de atividade remunerada por programas municipais que, se e quando em funcionamento, serão uma importante alternativa para os bacharéis interdisciplinares, engenheiros, advogados e professores pelas suas características de atuação multidisciplinar. Portanto, a assistência técnica às comunidades desfavorecidas, é uma ferramenta estratégica para integrar ensino, pesquisa e extensão e ampliar a inserção social da universidade.

### 3. Objetivo Geral:

Aliar a extensão universitária à assessoria técnica na intervenção participativa no ambiente construído, organizando um curso de especialização em Assessoria Técnica que ofereça periodicamente a formação e capacitação para técnicos, profissionais e lideranças populares.

#### 3.1 Objetivos Específicos:

1. Contribuir para a elaboração e a participação da implantação de políticas/projetos/propostas de atuação da universidade nas e junto às comunidades mais vulneráveis (juventude, favelas, ocupações irregulares em encostas de morros e beira rio, povos tradicionais).
3. Auxiliar na formação de estudantes conscientes de seu papel social da importância do trabalho interdisciplinar na compreensão dos problemas e em sua resolução.
4. Capacitar profissionais e cidadãos na elaboração de projetos com metodologia participativa para melhoria da habitação e projetos de interesse coletivo.

#### 4. Metodologia:

1. A organização e aplicação de um curso de especialização em Assistência técnica para população de baixa renda, conforme a Lei 11.888/2008, voltada para técnicos e lideranças populares. Esse curso na primeira edição deverá ser realizado em parceria com a UFBA – Programa AU+E. 2. Compilar os estudos existentes relacionados ao MCMV nos municípios da região, visitar os conjuntos a fim de organizar as informações cadastrais, hierarquizar os problemas e as possibilidades de intervenção. 3. Levantar a ocorrência de financiamentos às comunidades quilombolas e aos povos indígenas com recursos do FNHR, visitá-los e organizar uma avaliação da qualidade habitacional e a satisfação dos usuários. Oferecer apoio para a conquista de financiamento para novas unidades em terras quilombolas e indígenas em comum acordo com as suas lideranças. 4. Levantar a existência de ocupações de terra na região, disponibilizar a assistência técnica aos movimentos sociais urbanos e rurais de luta por terra e moradia, oferecendo o apoio à intermediação institucional entre movimentos e instâncias estatais.

#### 5. Resultados Esperados:

1. Ter atendido a parcela mais vulnerável socioeconomicamente em relação às suas necessidades, tanto de conquista quanto de manutenção de suas moradias. 2. Ter organizado um curso de especialização em Assessoria Técnica que ofereça periodicamente a formação e capacitação para técnicos, profissionais e lideranças populares para que seja submetido às instâncias da UFSB. 3. Ter contribuído para a consolidação do Plano Orientador da UFSB no que se refere à concepção das Residências Multiprofissionais em Políticas Públicas, por meio de uma ação extensionista de formação complementar aos cursos de graduação e pós-graduação da UFSB. 4. Ter amadurecido nos bolsistas da BAP a consciência para as ações extensionistas enquanto estudante universitário.

#### 6. Referências:

BAHIA. Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais. Déficit habitacional na Bahia entre 2007 e 2015. In Textos para discussão nº 12, Salvador: Publicações SEI, 2017. BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Plano estadual de habitação de interesse social e regularização fundiária (Planehab). Relatário 2 – Estudos básicos, Vol. III - Caracterização dos territórios de identidade, tomos I e VI. Salvador: SEDUR, 2012. BRASIL. Ministério das Cidades. Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa minha casa minha vida? Implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. BRASIL. Ministério das Cidades. Curso à distância: planos locais de habitação de interesse social. Brasília: Ministério das Cidades, 2009. CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). O Programa Minha Casa Minha vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. Disponível em: <[http://observatoriodasmegropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook\\_file/mcmv\\_adauto2013.pdf](http://observatoriodasmegropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf)> Acesso em 15 fev. 2020. FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. Como qualificar conjuntos habitacionais populares. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2015. Belo Horizonte: FJP, 2018. INO, Akemi; RODRIGUEZ, Angel Castañeda. A casa camponesa: adequação do PNHR nos assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo. In: Anais XVIII ENANPUR. Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>> Acesso em 29 mar. 2020 INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Manual para a implantação da assistência técnica pública e gratuita a famílias de baixa renda para projeto e construção de habitação de interesse social. Brasília: IAB, 2010. SOUZA, Angela Maria Gordilho. Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: implantação de um programa em ensino, pesquisa e extensão na UFBA. In: Anais XVII ENANPUR. Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <

[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page\\_id=1333](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1333)> Acesso em 29 mar. 2020  
UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia. Plano Orientador, 88p. 2015. Disponível em: <<https://www.ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf>>. Access in 22 jan. 2019. Sites Fórum Nacional da Reforma Urbana: <http://forumreformaurbana.org.br/> Portal G1: “Minha Casa Minha Vida completa 10 anos com queda nas contratações”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/25/minha-casa-minha-vida-completa-10-anos-com-queda-nas-contratacoes.ghtml>> Observatório das Metrôpoles: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/> Programa de Residência AU+E: [www.residencia-aue.ufba.br](http://www.residencia-aue.ufba.br) Seminário Nacional de Assistência Técnica (nov. 2019): <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/seminario-nacional-de-assistencia-tecnica-para-habitacao-de-interesse-social-athis/> Portal de cursos do Ministério das Cidades: <http://www.capacidades.gov.br/>